

FALE COM A GENTE!

Editor Leopoldo Figueiredo

E-mail portomar@tribuna.com.br

Telefone 2102-7269

Encontro debaterá corte de custos
Reduzir Custos para Exportar, Reindustrializar e Crescer
será o tema da 36ª edição do Encontro Nacional de Comércio
Exterior, que ocorrerá em 9 e 10 de agosto, no Rio.

PORTO & MAR

MP prorroga prazo para Docas indicar onde irá incinerar gases

Presidente da Codesp afirma que “não há motivo para pânico” e que “descarte será feito como manda a lei”

FERNANDA BALBINO

DA REDAÇÃO

O Ministério Público de Guarujá prorrogou, até a próxima segunda-feira, o prazo para que a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), a estatal que administra o Porto de Santos, informe novas opções de locais para a queima de 115 cilindros com gases tóxicos armazenados no complexo marítimo. Enquanto isso, a Autoridade Portuária afirma que está monitorando as cargas, encontradas há dois anos em instalações dos cais e, hoje, guardadas na região do Valongo.

O plano da Docas era queimar o conteúdo dos cilindros na Base Aérea de Santos, no distrito de Vicente de Carvalho, em Guarujá. Entre as cargas, está a fosfina (outra denominação do hidreto de fósforo), que é altamente tóxica e usada para erradicar pragas. O material seria retirado do Valongo, carregado em uma embarcação e levado até a unidade da Aeronáutica, que fica às margens do canal de navegação.

No entanto, a Prefeitura de Guarujá é contra o transporte dos cilindros para o município. A alegação é de que a popula-

SIMULADO

Autoridades do Porto de Santos se reunirão, no próximo dia 10, para avaliar os resultados do primeiro simulado de atendimento a derramamento de óleo no estuário. O exercício aconteceu na última quarta-feira, no terminal de contêineres da Embraport, que fica na Margem Esquerda, na Área Continental do complexo. Além de técnicos da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), representantes da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) e da Defesa Civil de Santos participarão das discussões, assim como oficiais da Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP) e integrantes do Plano de Área do Porto de Santos e Região (Paps), que reúne 47 empresas.

ção da cidade não pode ser exposta a um risco, já que a própria Codesp reconhece o potencial destrutivo da carga.

Inicialmente, a Autoridade Portuária informou que, se um dos cilindros apresentar vazamentos, há a possibilidade de explosões. E como se tratam de



Cilindros com gases são mantidos em armazém monitorado por câmeras e vigiado pela Guarda Portuária

gases tóxicos, o problema ainda poderia ocasionar a evacuação de vários bairros da cidade.

Mas, segundo o diretor-presidente da Docas, José Alex Oliveira, a situação não é tão alarmante. O executivo afirma que os cilindros estão sendo monitorados através de câmeras e

que há uma empresa contratada para avaliar as condições da mercadoria perigosa.

“Não há motivo para pânico. Todas as medidas estão sendo tomadas e a situação está sob controle. O descarte (dos cilindros) será feito como manda a lei”, destacou o responsável pe-

la Autoridade Portuária, sem especificar mais detalhes.

A Tribuna apurou que, desde a semana passada, quando o assunto foi discutido no Conselho de Defesa do Meio Ambiente (Condema) de Guarujá e ganhou visibilidade, agentes da Guarda Portuária também pas-

saram a fazer rondas nas proximidades do armazém onde está o carregamento. Uma viatura permanece durante todo o dia no entorno do local, que está fechado com cadeados.

Apesar de aparentarem bom estado, os cilindros com produtos tóxicos e explosivos perderam a garantia de controle de suas válvulas. Por isso, segundo a Codesp, há a necessidade de uma destinação adequada para o material.

O problema é que, enquanto isso, a carga permanece em um armazém sucateado. O telhado da instalação está deteriorado, assim como as paredes e toda a sua estrutura. O local conta com vidros quebrados e grande quantidade de pombos e sujeira no entorno.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Procurada, a Prefeitura de Santos informou que a Defesa Civil acompanha as ações da Companhia Docas e tem conhecimento dos planos que devem ser acionados em casos de emergência. No entanto, a Administração Municipal não se posicionou sobre os riscos à população. Disse apenas que os cilindros estão em área de responsabilidade da Autoridade Portuária.

Procurada, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) não respondeu aos questionamentos da reportagem sobre os procedimentos a serem adotados e os riscos relacionados com os cilindros carregados com produtos químicos no Porto de Santos.